

**MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

Documento: PQ-000-V.2	Elaborado em: 16/05/2023
-----------------------	--------------------------

Elaborado por: Comissão Interna de Chamamento Público

UNIDADE: HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIO LOUZADA - HEAPA

NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESARIO LANGE-BHCL

NT: <u>FA.1 + FA.2 + FA.3</u>	Nota FA.1: Área de Atividade =	Nota FA.2: Área de Qualidade =	Nota FA.3: Qualificação Técnica =	TOTAL:	66,50
	Máximo 20 pontos	Máximo 20 pontos	Máximo 60 pontos		

( ) Classificada	( ) Desclassificada
------------------	---------------------

OBS: só será classificada a OS que tiver pontuação mínima de 50% de cada área avaliada, SENDO  $F1 \geq 10$ ,  $F2 \geq 10$  e  $F3 \geq 30$ , totalizando pontuação mínima de 50 pontos.

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:	Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
	Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência / Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações

						<a href="https://ferramentasdaqualidade.org/fluxograma/">https://ferramentasdaqualidade.org/fluxograma/</a>		Apresentou apenas Fluxograma de entrada do paciente no pronto atendimento, para realização de procedimentos e fluxo de acesso do usuário, que faz referência a classificação de risco, denotando ausência de adequação da proposta com o perfil da unidade.
	Implantação de fluxos individualizada ao perfil	Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas	02 pontos	0,3	50 a 57	RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 do ms ( <a href="https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html">https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html</a> ) ; em conformidade com a ABNT NBR 9050	Apresentação dos fluxos mapeados	

	da unidade de saúde (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxo unidirecional para materiais esterilizados/roupas	02 pontos	0,8	57 a 69	<a href="https://www.sindhoesg.org.br/resolucao-%C2%96-rdc-anvisa-no15-de-15-de-marco-de-2012/">RDC nº 15, de 15 de março de 2012 do MS. (https://www.sindhoesg.org.br/resolucao-%C2%96-rdc-anvisa-no15-de-15-de-marco-de-2012/)</a>	Verificar se há fluxos cruzados	Apresentou finalidades da Cme e conceitos generalizados da RDC nº50, ao invés de descrever com clareza como se dará os fluxos do processo de esterelização específicos de cada etapa do macroprocesso. Apresentou apenas um fluxo geral do Macroprocesso da CME e um de Rouparia. Não foi possível identificar aspectos de personalização da proposta para a unidade.
--	--	---	-----------	-----	---------	--	---------------------------------	---

		<b>Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde</b>	<b>02 pontos</b>	<b>1,5</b>	69 a 77	<a href="#">RDC nº 306/04 da ANVISA e a resolução nº 358/05 do CONAMA</a> ( <a href="https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15135807-res-306.pdf">https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15135807-res-306.pdf</a> ); <a href="#">Manual Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde ANVISA -2006</a>	1. Segregação; 2. acondicionamento; 3. classificação; 4. transporte interno; 5. local de armazenamento (temporário e externo); 6. transporte externo e destinação final; 7. quantificação das lixeiras	Proposta sem contextualização com o perfil da unidade. Não descreve: quantidade de lixeiras considerando as atividades da unidade de saúde, armazenamento temporário e destinação final.
--	--	---	------------------	------------	---------	---	--	--

						<p><a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-430-de-8-de-outubro-de-2020-282070593">Diretrizes sobre Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Medicamentos e RDC. 430/2020 ( https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-430-de-8-de-outubro-de-2020-282070593)</a></p>	<p>Áreas segregadas (recebimento, armazenamento);</p> <p>Atividades de conferência, separação, reposição e distribuição, processos de limpeza e segurança do ambiente, controle de temperatura e umidade</p>	<p>Apresentou documentação sobre gestão de suprimentos descrevendo: planejamento e formas de aquisição, armazenamento, distribuição específica critérios para medicamentos (serviços de farmácia e materiais, de forma fundamentada, questões sobre: aquisição, qualificação/avaliação de fornecedores e pagamento. O item foi apresentado em formato de texto geral e dois fluxogramas gerais: recebimento de medicamentos e armazenamento.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--

[illegible]

FA.1.1 Organização das atividades individualizadas para o estabelecimento/unidade de saúde	Implantação de gestão	Proposta para Regimento do Serviço Multiprofissional	01 ponto	1	Pags 119 a 128	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9.</a>	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Serviço Multiprofissional
		Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário	01 ponto	0,8	pags 128 a 138	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, Subseção 1.7: Gestão da Tecnologia e Segurança da Informação</a>	Apresenta atividades relacionadas à segurança das informações em meio físico e digital, contemplando coleta, processamento, armazenagem, distribuição de informações, controle e manutenção da infraestrutura tecnológica apropriada ao perfil e complexidade da organização.	Apresentados às pags 128 a 138, Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário, detalhando os sistemas a serem implantados, porém não detalha custos nem cronograma de implantação.
		Proposta para Regimento do Corpo Clínico	01 ponto	1	pags 143 a 152	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9</a>	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Apresentado às pags 143 a 152 Proposta para Regimento do Corpo Clínico
	Implantação de Processos	Proposta de manual de protocolos assistenciais	02 pontos	1	153 a 159	<a href="#">Organização Mundial da Saúde : 6 Protocolos Básicos de Segurança do Paciente</a>	A definição dos protocolos devem ser baseados no perfil de atendimento e o acompanhamento através de ferramentas de medição de adesão/efetividade. Protocolos clínicos gerenciados baseados no conhecimento científico atual e no perfil epidemiológico, risco ou custo dos pacientes atendidos: com objetivo na segurança do paciente.  Deve ser observado descrição quanto: diagnóstico, objetivos  estruturação do protocolo, Indicadores e aprovação.  Observar menção aos protocolos básicos, preconizados pela OMS (ver link ao lado), e/ou texto descrevendo foco na segurança do paciente	Apresentou requisitos mínimos e resumidas para elaboração de protocolos assistenciais, quanto a estrutura, objetivos, diagnóstico. Não descreve etapas de aprovação e indicadores. Relaciona a segurança do paciente como princípio norteador da elaboração dos protocolos, conforme preconizado pela OMS.
						<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.1, número 4</a>		
						<a href="#">RDC 36/2013</a>		
						<a href="#">Port.599/2013-MS</a>		
		Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos	02 pontos	2	pags 159 a 170	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 11, número 12</a>	A política de Gestão Financeira é um compromisso, por escrito, que define um conjunto de diretrizes e ações pertinentes a organização Financeira, utilizadas como subsídio para otimização do desempenho e sustentabilidade da organização. Esta política deve estabelecer minimamente:  • gestão orçamentária de acordo com as diretrizes estratégicas e demandas operacionais;critérios para orientar as decisões de alocação de recursos; • acompanhamento periódico do desempenho financeiro; • gestão de custos; • gestão de contratos; • gestão do patrimônio; • planejamento e monitoramento financeiro definindo critérios de orientação para as decisões de alocação de recursos;sistema financeiro eficaz usado para registrar e rastrear receitas e despesas passadas, atuais e projetadas e posições financeiras;	Apresentado às pags 159 a 170 Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos
	Incrementos de Atividades	Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade e/ou Sociais	05 pontos	3	191 a 198	<a href="#">Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - Biblioteca Virtual em Saúde, MS</a>	1.Programa de Necessidades;  2. Estudo Preliminar;  3. Projeto Básico: detalhamento para definição e quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento.	Apresentou 4 projetos: 1. Grupo de Trabalho de Humanização; 2. Sustentabilidade; 3. Voluntariado; 4. Libras. Não apresentou a estrutura completa de um projeto básico, quantificação de material, foi apresentado de forma superficial, os textos não estão fundamentados para atender o item do edital e não contemplam personalização para as atividades desenvolvidas na unidade saúde. Não foi apresentado em formato de projeto básico um estudo preliminar que demonstre a personalização das ações para a unidade pretendida. Foi realizado contextualização de forma generalizada, não apresentou metas de forma clara. Foi apresentado os mesmos projetos para o chammamento 001/2023 (não foi retiradoponto devido a esta observação).
TOTAL DE PONTOS FA.1:				13,20				

FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:			Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Comissão de Ética Médica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	198/207	<a href="#">-Lei 3268 de 30 de setembro de 1957 Dispõe sobre Conselho de Medicina; -Resolução CFM Nº 2217 DE 27/09/2018 aprova o cod de ética médica RESOLUÇÃO CFM Nº 2.152/2016. Estabelece normas de organização, funcionamento, eleição e competências das Comissões de Ética Médica dos estabelecimentos de saúde</a>	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma	
	Comissão de Ética em Enfermagem	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	207/213	<a href="#">Res. 593/2018 - Normatizar a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem-CEE nas Instituições com Serviço de Enfermagem.</a>	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Biossegurança	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	213/216	<a href="#">Lei 11.105 de 24/03/2005 - Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</a>	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	216/220	<a href="#">PORTARIA Nº 2616, DE 12 DE MAIO DE 1998 Programa de Controle de Infecção Hospitalar</a>	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Análise e Revisão de Prontuários	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	221/228	<a href="#">Res CFM nº 1821 de 11 de julho de 2007 Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.</a>	Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Verificação de Óbitos	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	228/233	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 2.171, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).</a> <a href="https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/governanca/superintendencia/comissoes-obrigatorias/ResolucaoCFMComissodebito.pdf">https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/governanca/superintendencia/comissoes-obrigatorias/ResolucaoCFMComissodebito.pdf</a>	Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Residência Médica (COREME)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	233/248	<a href="#">Lei No 6.932, de 7 de julho de 1981.</a>	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	248/256	<a href="#">LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005.</a>	Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	256/263	<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&amp;numero=14457&amp;ano=2022&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&amp;numero=14457&amp;ano=2022&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e</a>  <a href="https://portal.gov.br/ministerio-do-trabalho">Ministério do Trabalho e Emprego - Portal Gov. br</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	263/270	<a href="https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr4.htm">https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr4.htm</a>  PORTARIA N.º 3.214, 08 DE JUNHO DE 1978 (DOU de 06/07/78 – Suplemento) “Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho”	“Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho”	
Comissão de Documentação Médica e Estatística	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de atividades Anual	0,4 ponto	0,4	270/275	<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&amp;numero=13787&amp;ano=2018&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">LEI N.º 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.</a>  <a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&amp;numero=13787&amp;ano=2018&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">LEI N.º 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.</a>	Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.  Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.	
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	275/282	<a href="https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html">https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html</a>  <a href="https://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/concep/arquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20concep%20finalizada%2030-09.pdf">https://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/concep/arquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20concep%20finalizada%2030-09.pdf</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN)	Proposta de Constituição (membros, finalidade),	0,4 ponto	0,4	282/291	<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=RESOLUCAO&amp;numero=453&amp;ano=2014&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">NORMA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM TERAPIA NUTRICIONAL</a>	Norma Técnica que dispõe sobre a Atuação da Equipe de Enfermagem em Terapia Nutricional.	
	Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual				<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=RESOLUCAO&amp;numero=453&amp;ano=2014&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">RESOLUÇÃO COFEN N.º 0453/2014</a>	Aprova Norma Técnica que dispõe sobre a atuação de equipe Enfermagem em Terapia Nutricional.	
Comissão de Proteção Radiológica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	291/295	<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=NORMA&amp;numero=301&amp;ano=2007&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">Norma 3.01 CNEM e Diretrizes básicas de Proteção Radiológica</a>	O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos básicos de proteção radiológica das pessoas em relação à exposição à radiação ionizante.	
Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	295/300	<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=RDC&amp;numero=272222&amp;ano=2014&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">RDC 272 222 - GERENCIA DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE</a>  <a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=RDC&amp;numero=272222&amp;ano=2014&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">RDC 272 222 comentada</a>  <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm</a>  <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm">RDC 306/2004 e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm</a>	Todo serviço gerador deve dispor de um Plano de Gerenciamento de RSS (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.	
					<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PORTARIA&amp;numero=158&amp;ano=2016&amp;ato=77eFTVqSkMZpWT26e">PORTARIA N.º 158, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016 Redefine o regulamento técnico de</a>	O Comitê Transfusional (CT) é um grupo de	

FA.2.1 Qualidade Objetiva: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões	Comitê Transfusional	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	300/306	<a href="#">RDC Nº 34, de 11 de junho de 2014 - Ministério da Saúde</a>	profissionais de diferentes especialidades responsável pela definição e avaliação contínua da prática hemoterápica e pela hemovigilância, num serviço de saúde (BRASIL, 2016). De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde, nº158 de 4 de fevereiro de 2016 Art. 12. “Toda instituição de assistência à saúde que realiza transfusão de sangue e componentes sanguíneos comporá ou fará Transfusional. § 1º É competência do Comitê Transfusional o monitoramento da prática hemoterápica na instituição de assistência à saúde visando o uso racional do sangue, a atividade educacional continuada em hemoterapia, a hemovigilância e a elaboração de protocolos de atendimento da rotina hemoterápica.	
	Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	307/318	<a href="#">RDC36/2013 Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras</a> <a href="#">PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013 Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).</a>	Segundo a RDC nº. 36/2013, o NSP é “a instância do serviço de saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente”, consistindo em um componente extremamente importante na busca pela qualidade das atividades desenvolvidas nos serviços de saúde	
	Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	318/328	<a href="#">PORTARIA GM/MS Nº 1.694 - Brasil SUS DE 23 DE JULHO DE 2021 Institui a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica</a>	O perfil Epidemiológico, geralmente é traçado por meio de questionários personalizados abordando questões como hábitos de vida, doenças prévias e histórico familiar, por exemplo. Dados complementares podem ser conseguidos de outras maneiras, como análise de internações, utilização de consultas e declarações de saúde.	
	Comissão Interna de Qualidade	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	328/331	<a href="#">ISO 9001:2015</a>	A Comissão de Avaliação Interna da Qualidade tem como atribuição a condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações aos gestores, monitoramento dos indicadores assistenciais, monitoramento dos indicadores assistenciais. Esses indicadores estão ligados a diversos processos como assistência de enfermagem, protocolos gerenciados entre outros como, por exemplo, a incidência de lesão por pressão, índice de flebite, tempo porta ECG etc. Além dos indicadores de Gestão dministrativa da Unidade.	
						<a href="#">PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).</a>		
	Comissão de Prevenção e Cuidados com Integridade da Pele	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	331/337	<a href="#">PROTOCOLO PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO</a>	A regulamentação do Programa Nacional de Segurança do Paciente trouxe progresso ao sistema de notificação ao tornar compulsória a notificação de eventos adversos relacionados à assistência, inclusive no que se refere à notificação de lesão por pressão. Papel da Comissão.	
						<a href="#">Manual de boas práticas da ANVISA</a>		
	Comitê de Gerenciamento dos Pacientes com Risco para Longa Permanência Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	337/342	<a href="#">PORTARIA Nº 2.809, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012 Estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</a>	A internação de Longa Permanência compreende o período superior há 30 dias em que um paciente permanece em um leito hospitalar. Devendo portanto ser monitorado pelo comitê de gerenciamento de riscos, utilizando ferramentas como as escalas de News, Meows (Morbidade materna) e Pews (tratamento pediátrico, de 0 a 16 anos) e outras.	
						<a href="#">Ferramentas que possibilitam que o protocolo hospitalar, tem por objetivo garantir o atendimento antecipado ao paciente por meio da identificação dos sinais de deterioração clínica.</a>		
	Núcleo Interno de Regulação (NIR)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	342/349	<a href="#">PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).</a>	O Núcleo Interno de Regulação – NIR é um serviço que possibilita o monitoramento do paciente desde a sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar.	
						<a href="#">PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2008 Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.</a>		
						<a href="#">Classificação de risco de Agentes biológicos</a>	<a href="#">LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005</a>	

	Comissão de Acidentes com Material Biológico (CAMB)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	349/353	<a href="#">PORTARIA Nº 1.914, DE 9 DE AGOSTO DE 2011 Aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2010, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde.</a>	Desde sua criação, o objetivo da CBS é definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações ligadas à Biossegurança de forma a ter o melhor entendimento entre o Ministério da Saúde com órgãos e entidades relacionadas ao tema. As principais atribuições dessa Comissão são: participar e acompanhar nos âmbitos nacional e internacional, da elaboração e reformulação de normas de biossegurança; proceder ao levantamento e análise das questões referentes à biossegurança, visando identificar seus impactos e suas correlações com a saúde humana; propiciar debates públicos sobre biossegurança, por intermédio de reuniões e eventos abertos à comunidade; estimular a integração de ações dos diversos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS), nas questões de biossegurança em saúde; e assessorar, nas atividades relacionadas à formulação, à atualização e à implementação da Política Nacional de Biossegurança.	
	Comissão de Padronização de Produtos para Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0	***	<a href="#">SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos ...</a> <a href="#">Portaria GM/MS nº 2.848, DE 06 de Novembro de 2007</a> <a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/produtos-para-a-saude/manuais/manual-de-pre-qualificacao-de-artigos-medico-hospitalares.pdf/view">https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/produtos-para-a-saude/manuais/manual-de-pre-qualificacao-de-artigos-medico-hospitalares.pdf/view</a>	Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS Publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde. Item 04: Descreve finalidade, deveres e relações com profissionais, usuários e administração da unidade de saúde.	Não trouxe a comissão referida.
	Comissão de Processamento de Produtos de Saúde (CPPS)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	377/380	<a href="#">Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012, Anvisa</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Análise de Óbitos Maternos, Fetais e Neonatais	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	***	<a href="#">Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher</a> <a href="#">Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015 - Ministério da Saúde</a> <a href="#">PNAISC — Ministério da Saúde - Portal Gov.br</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	Não apresentou a comissão referida, mas como o perfil da unidade não pleiteia obstetrícia e pediatria, será validado pontuação de acordo com a Comissão de Verificação de óbitos
	Comissão de Farmácia e Terapêutica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	353/364	<a href="#">Resolução Nº. 338, de 06 de maio de 2004 - Ministério da Saúde</a> <a href="#">Farmácia Hospitalar - CFF</a>	Estabelece a Política Nacional de Assistência Farmacêutica Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão de farmácia e terapêutica	
	Comitê de Compliance	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	364/368	<a href="#">COMISSÃO DE COMPLIANCE</a>	Composição básica: pelo menos, 1 representante da área de Gestão de Pessoas, 1 do Jurídico, 1 de Compliance e 1 da Auditoria Interna. Com as seguintes atividades básicas: mplantar um código de ética na organização; destacar aos colaboradores o fortalecimento institucional que ocorre sempre que seus membros agem dentro dos padrões de conduta da empresa — o que pode ser feito por meio de campanhas de endomarketing; idealizar a realização de programas de treinamento e conscientização, com conteúdos específicos para cada um dos setores (Jurídico, Contabilidade, Vendas etc.); buscar meios de capacitar os tomadores de decisão para que todas as suas ações estratégicas sejam adotadas dentro de padrões éticos, morais e legais; promover um clima ético na organização, enaltecendo valores intangíveis — como honestidade, lisura e justiça — como essenciais ao trabalho de todos.	
	Outras Comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	****	Apresentação de documentação a depender da particularidade da unidade de saúde, conforme Política Nacional de Saúde em questão, contendo os requisitos básicos descritos pelo MS.	Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão	Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes - CIHDOTT (368/373), Comissão de Educação Permanente (373/377)



FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital : Acolhimento e Atendimento	Acolhimento	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.	02 pontos	1	418422	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 8</a>	Apresenta metodologia para avaliação de pacientes que procuram o serviço para identificar suas necessidades de saúde. Aqueles com necessidades emergentes, urgentes ou imediatas são priorizados para avaliação e tratamento.	Apresenta proposta incompleta, não contem as indicações das formas de notificação e demais informações foram apresentadas de forma genérica. Foi validado informações de acompanhantes citado na página 423. Apresentado às pags 665 a 750 o Manual de Classificação de Risco e Acolhimento
		Instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários	02 pontos	0,5	422/425	<a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf">https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf</a>		A proposta não indica horários de visitas, informando apenas que será definido posteriormente. Falta critérios e medidas de controle de risco para visitas. Abordam sobre o termo de consentimento informado. No anexo 4 trazem um Manual orientações para o paciente, mas parte do material tem prejuízo de leitura por conta da assinatura eletrônica, <del>consta sobre prevenção de acidentes, mas falta apontar com</del>
	Atendimento	Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente	02 pontos	0,8	425/426	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.4, número 1</a>	A organização possui uma sistemática estabelecida, com canais divulgados para recebimento das manifestações dos pacientes/acompanhantes, classifica por criticidade com foco na segurança do paciente. Analisa o que ocorreu e o que precisa ser feito para melhorar e responde ao paciente/acompanhante sobre as providências tomadas para a melhoria. As manifestações englobam, por exemplo, os pedidos de informações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias, incluindo aquelas recebidas por meio de contatos informais.	Traz no anexo 5 Manual de orientações para o acompanhante, mas não menciona sobre orientações quanto às formas de acomodação e as condutas são mencionadas de forma genérica, não mencionando acompanhantes para portadores de necessidades especiais, mesmo garantindo acompanhantes a todos os casos previstos em legislações. Material com prejuízo de leitura por conta da assinatura eletrônica.
		Proposta de implantação de ouvidoria vinculada a SES, com pesquisa de satisfação.	02 pontos	2	426/440	<a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf">https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf</a>		Os assistentes sociais, atualmente, têm sido convocados a implantar os serviços de ouvidoria nas unidades de saúde, porém, a ouvidoria não é uma atribuição privativa dos assistentes sociais, podendo ser realizada por outros profissionais e também está relacionada à gestão. Com isso, os assistentes sociais que estarão frente à ouvidoria terão objetivos diferentes aos ligados ao serviço operacional desempenhados pelo setor de Serviço Social.

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.1 Experiência Anterior em Gestão Hospitalar da proponente ou de seu corpo diretivo	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos	05 pontos	0		Apresentação de documentação, conforme edital		Não apresentado
	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos	04 pontos	4	752 a 753	Apresentação de documentação, conforme edital		Centro Médico Hospitalar Dona Latifa: 1112 leitos. Consulta realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), realizada em 30/10/23.
	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos	03 pontos	3	755 a 776	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital Vida: 57 leitos. Apresentou também Hospital Municipal da Criança e do Adolescente de Guarulhos: 80 leitos. Consulta realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), realizada em 30/10/23
	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO	04 pontos	4	794	Apresentação de documentação, conforme edital		Certificado com validade pelo período de 20/11/2023 a 23/11/2023.
	Certificado de Acreditação – ONA, Joint Comission International, Qmentum da Canadá Accreditation International obtidos pela unidade hospitalar durante a gestão da OSS proponente	03 pontos	0		Apresentação de documentação, conforme edital		Não apresentado.
Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo	02 pontos	1	442 a 448	<a href="https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2016/2147_20_16.pdf">https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2016/2147_20_16.pdf</a>	representação gráfica da forma como a empresa se divide hierarquicamente, demonstrando os cargos existentes na instituição		O organograma, ressumido, descreve as diretorias: Administrativa, Assistencial e Medica, mas não foi encontrado detalhamento das competências da Diretoria Médica.
				<a href="https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980">https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980</a>			
				Fundação Getúlio Vargas			

FA.3.2 Estrutura e experiência da Diretoria	Titulação de especialistas em administração hospitalar dos membros da diretoria e coordenações (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto)	04 pontos	3	796 a 917	Apresentação de documentação, conforme edital	Eduardo Melhado (ESPECIALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR): 0,50 ; Roberto Gonella (ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE): 0,50; Nelson Marques (MBA EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES E SISTEMAS DE SAÚDE): 0,50; Rodrigo Machado (ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES): 0,50 ; Clovis Silveira (não apresentou certificado, somente currículo, por isso não foi pontuado) ; Alessandra Tarquinio (não apresentou certificado, somente currículo, por isso não foi pontuado) ; Keylla Juliane MBA GESTÃO EM SAÚDE): 0,50 ; Igor Sanches (MBA EXECUTIVO EM GESTÃO HOSPITALAR): 0,50
	Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde (lotados na unidade) no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto)	03 pontos	2,5	919 a 1000	<del>RESOLUÇÃO CFM nº 2.147/2016 - Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos</del>	Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho	02 pontos	2	109 a 1010	Apresentação de documentação, conforme edital	Apresentou
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório e urgência	02 pontos	1	1011 a 1538	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2</a>	Apresentou apenas rotinas e normas de organização dos consultórios e protocolos com aplicabilidade na área de internação que tem aplicabilidade também nas urgências, porém caracteriza a ausência de personalização. Apresentou vários protocolos duplicados.
	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto	02 pontos	1,7	449 a 522; 1634 a 2049	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2</a>	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.
FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatórios, hospital dia e enfermarias, destaques para os plantões e sobreavisos	02 pontos	1,4	1634 a 2049; 1009 a 1010	<a href="#">Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001 - Ministério da Saúde</a>	Aprovar no âmbito do Sistema Único de Saúde a modalidade de assistência - Hospital Dia
					<a href="#">Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Ministério da Saúde</a>	Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS)
	Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios	01 ponto	0,2	Págs 11, 236, 413, 414,	<a href="#">Portaria Interministerial Nº 2.400, DE 02 DE OUTUBRO DE 2007 Estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.</a>	Residente, na especialidade, e possuir os equipamentos e materiais necessários para assegurar um padrão de atendimento adequado; III. dispor em seu corpo clínico de um docente que responderá pela preceptoria da residência em convênio; IV. dispor de condições de atendimento nos setores de radiologia, anatomia patológica e patologia clínica; V. dispor de Enfermagem especializada, Serviços de Arquivo Médico e Estatística (SAME) e Arquivo Nosoológico Organizacional; VI. O reconhecimento da Instituição, para efeito de Convênio, será baseado no relatório de Inspeção Prévia, realizada através da Comissão de Preceptores designada pela COREME para esse fim, em comum acordo com as partes convenientes.
	Apresentação de título stricto sensu na área de gestão em saúde dos indicados para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular	01 ponto	0	ANEXO 16 (2266 a 2267)	Apresentação de documentação, conforme edital	Lisiane de Moraes Navarro (Diretora de Educação Permanente Cesario Lange): apresentou doutorado em Educação.



	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de internação/enfermarias, UTI, CME e bloco cirúrgico	01 ponto	0,5	1011 a 1538	<a href="#">RESOLUÇÃO - RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012</a>	Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Art. 3º Este Regulamento se aplica aos Centros de Material e Esterilização - CME dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde.	Aprsentou normas e rotinas para áreas de internação, protocolos assistenciais de enfermagem nas áreas de paciente internado tais como enfermarias e UTI, normas e rotinas para a área de CME e protocolos de enfermagem. Não foi encontrado protocolos de Enfermagem para área de Bloco Cirurgico. Apresentou vários protocolos de enfermagem duplicados.
	Instrução para o funcionamento do serviço social com especificação de estrutura, normas e rotinas, definidas as áreas de abrangência, horário e equipe mínima	01 ponto	0,3	524/527	<a href="#">Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS - Portal Gov.br</a>	Descrever demandas dos usuários, atribuições do serviço social nas unidades e recursos materiais e humanos necessários.	Os assistentes sociais, atualmente, têm sido convocados a implantar os serviços de ouvidoria nas unidades de saúde, porém, a ouvidoria não é uma atribuição privativa dos assistentes sociais, podendo ser realizada por outros profissionais e também está relacionada à gestão. Com isso, os assistentes sociais que estarão frente à ouvidoria terão objetivos diferentes aos ligados ao serviço operacional desempenhados pelo setor de Serviço Social. Para tanto na parte sobre o que o item exige, sobre o funcionamento do Serviço Social, traz instrução breve do setor, não informando as áreas de abrangência, horários e equipe mínima solicitado. No anexo 11 não aparece o profissional de Serviço Social na planilha.
					<a href="#">O Serviço Social em hospitais: Orientações Básicas - Cress RJ</a>		
	Instrução para o funcionamento da equipe multiprofissional com especificação de normas e rotinas, área de abrangência, horário e equipe mínima	02 pontos	0,8	525 a 533 Anexo 11 pag 1005 a 1008	<a href="#">Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Minist rio da Sa de</a>		Não contemplou especialidades essenciais para o perfil da unidade como, enfermagem, farmácia, nutrição e odontologia. Não apresentou area de abrangência.
					<a href="#">Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 - Minist rio da Sa de</a>		
FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima	02 pontos	2	pags 533 a 535, pags 102 a 107, pags 1004 a 1008, pags 165 a 170, pags 169 a 190.	<a href="#">Dimensionamento na administração pública federal</a>	Utilizar modelos qualitativos e quantitativos para o dimensionamento, considerando: a movimentação de pessoal a partir da estimativa do quadro ótimo de pessoal para as diversas unidades de trabalho ou entregas e resultados de um órgão público; subsidiar a necessidade de formulação e entrega de programas e ações de capacitação e desenvolvimento, servindo os resultados do dimensionamento de contraste para as solicitações de eventos instrucionais por parte dos servidores e gestores; completar o processo de gestão do desempenho eminentemente assentado na perspectiva comportamental, podendo os resultados do dimensionamento ser usados como contraste para mitigar vieses de resposta naquela avaliação ou como complemento para a composição de um escore ampliado de avaliação; prover insumos para a elaboração de programas de saúde e segurança dos colaboradores.	Descrito às pags 533 a 535 Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima, onde cita o 3 níveis de manuais: - Nível 1 - Normas Corporativas, Nível 2 - Manuais Administrativos, Nível 3 - Rotinas dos Processos, porem não foi anexado. O dimensionamento da equipe está disposta no anexo 11 pags 1004 a 1008. Nas pags 102 a 107 sao descritas as atribuições da Diretoria Administrativa e de alguns setores relacionados a ela relacionada. Apresentado às pags 165 a 170 a Proposta para manual de rotinas administrativas para Faturamento de Procedimentos. Apresentado às pags 169 a 190 Proposta para manual de rotinas administrativas para a gerência de almoxarifado e patrimônio. Apresentado no anexo 15 às pags 2250 a 2264 o Regulamento de Contatação de Compras, obras, alienações e locações.
	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares	02 pontos	0,5	535	Portaria Nº 35, de 14 de janeiro de 1986, do Ministério da Educação, que determina a criação de Comissão de Padronização de Medicamentos nos Hospitais de Ensino <a href="#">RENAME.</a> <a href="#">Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas- PCDT / MS</a>	Avaliar projeto se houver ou metodologia de padronização	Apresentação de texto referente a critérios e fontes a serem utilizadas para realizar a padronização, mas não apresenta relação de padronização de medicamentos e materiais médicos compatíveis com a carta de serviços da unidade de saúde pretendida.
	Apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	02 pontos	0,5	535 e 536; Anexo 14 (2232 a 2249) e Anexo 15 (2251 a 2264)	<a href="#">Instrução Normativa Serviços Reestruturação do modelo de contratação de serviços terceirizados</a>	Apresenta os critérios jurídicos, para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	Documentação não apresenta critérios detalhados para contratação de serviços de limpeza e vigilância. Apresentou modelo geral de minuta de contrato e Termo de Referência para contratação de serviços

FA.3.6 Política de Recursos Humanos	Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações	03 pontos	1	Pags 139 a 141	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9</a>	Constitui um processo de diagnóstico dos aspectos que possam impactar a satisfação dos profissionais quanto ao ambiente interno da organização, planejamento e implementação de iniciativas de melhorias. As dimensões de pesquisa e análise incluem: liderança, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação, gestão organizacional, práticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, segurança, dentre outras, contemplando: Planos de ação voltados às iniciativas de melhoria. Fóruns de discussão de ações de intervenção. Campanhas de comunicação interna para estimular a participação e para apresentação dos resultados.	No item, Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações, a organização apresenta às pags 139 a 141 do vol 1 que a pesquisa de clima será elaborada On line na plataforma GCO - Gestão de Clima Organizacional, por meio de link disparado para os colaboradores. Descreveu as funcionalidades do sistema, mas não abordou a metodologia utilizada ( se padrão, continua, acompanhamento do censo, pulsos de aprofundamento,pulsos de ação, pesquisas pelos Gestores (Manager-Driving Polling, etc.), e não apresentou evidências da operacionalidade do sistema, resultado e seus efeitos.
	Apresentação de plano de cargos e salários	03 pontos	3	pags 2284 a 2413	<a href="https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/publicacoes/arquivos/plano-de-cargos-e-salarios-e-plano-de-funcoes-diretrizes-e-orientacoes.pdf">https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/publicacoes/arquivos/plano-de-cargos-e-salarios-e-plano-de-funcoes-diretrizes-e-orientacoes.pdf</a>	Apresentar projeto/proposta	Apresentado no anexo 17 às pags 2284 a 2413 o Plano de cargos e salários devidamente instruído por atribuições, competências técnicas, escolaridade, qualificação etc., níveis.
	Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção.	03 pontos	3	pag 572 a 585	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 3</a>	Consiste em estabelecer as etapas e os critérios para os processos de recrutamento, seleção e desligamento dos profissionais. O processo de recrutamento e seleção deve assegurar competências alinhadas às necessidades da organização e às especificidades dos cargos e definir os requisitos qualitativos/pessoais para o exercício da função	Apresenta à pag 572 a 585 Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção. Descreve a Política de Recursos Humanos às pags 568, Descreve às pags 571 a 575 a política de contratação promoção, movimentação, impactos, contratação, progressão, classificação, reajuste, alterações de cargo, etc. Apresenta às pags 86 119 o Regulamento da Instituição.
	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)	01 ponto	1	pags 586 a 681, 586 a 588, 580	<a href="#">Planejamento Estratégico de acordo com a ISO 9001:2015</a>	Definição e elaboração de um Planejamento Estratégico para a organização	Apresenta às pags 586 a 681 o Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças) às pags 586 a 588. As férias e afastamentos estão descritos às pags 580. Também às Nas paginas 587 e 588 são apresentadasalgumas as escalas de trabalho.
FA.3.7 Metodologia de Projetos	Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	1	pags 2432 e 2433, 15, 24, 25, 30.	<a href="#">PORTARIA N° 936, DE 27 DE ABRIL DE 2011 Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento, e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional doSistema Único de Saúde (PROADI-SUS)</a>	Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional doSistema Único de Saúde (PROADI-SUS).	Apresentou planilha de custos no anexo 19 pag 2432 e 2433, porem são custos de manutenção, não apresentado custos de investimentos de projetos tendo em vista visão de futuro; Cita às pags 15 sobre modelo de gestão onde são definidas a identidade institucional: visão, missão, valores. Cita as diretrizes do Modelo de Governança para Qualidade e Segurança - MGQ as pags 24 e 25; macro processos pag 30 e etc, descrevendo um processo teórico sem determinar as diretrizes, objetivos, ações e metas/indicadores em quadro específico. Não apresentou cronogramas de execução do planejamento estratégico.
TOTAL DE PONTOS FA.3:			37,40				